

**Intervenção do Ministro das Finanças
na Comissão de Orçamento e Finanças
na audição ao abrigo do regimento da AR**
Assembleia da República, 28 de fevereiro de 2023

(conforme preparado para ser proferido)

Senhor presidente da Comissão de Orçamento e Finanças,

Senhoras e senhores deputados,

Esta primeira audição de 2023 da equipa do Ministério das Finanças ocorre no dia em que são conhecidos os mais recentes resultados da economia portuguesa. Devo, pois, começar pelo fundamental: falar-vos dos resultados da nossa economia e das nossas finanças públicas.

Em primeiro lugar, resultados no crescimento económico. Tivemos hoje a confirmação que a economia portuguesa cresceu 6,7% em 2022. Foi o maior crescimento em 35 anos e quase o dobro do registado na zona euro.

Estes resultados superaram todas as expectativas. Recordo que quando apresentámos aqui o Orçamento do Estado para 2022, a projeção era de 4,9% e aí fomos apelidados de otimistas. Em outubro, apresentámos uma revisão desta previsão para 6,5% e a adjetivação repetiu-se.

Não tivemos recessão em 2022. Pelo contrário: crescemos mais e estamos hoje 3,3% acima do nível de atividade que tínhamos em 2019.

Resultados, em segundo lugar, na redução da dívida pública. Posso hoje aqui anunciar pela primeira vez que a dívida pública irá reduzir-se para 113,8% do PIB em 2022. Este é um valor que recua para níveis pré-pandemia e já ainda para níveis pré-troika.

É uma descida impressionante de quase 12 pontos percentuais, dos 125,4% que tinham sido registados em 2021 e o menor valor desde 2010. Este é um importantíssimo resultado que quero sublinhar: em primeiro lugar, porque ele alarga as nossas margens de atuação no presente; em segundo, porque ele assegura uma maior sustentabilidade do nosso modelo social; e em terceiro lugar, e mais importante, porque significa mais segurança e liberdade para as atuais e futuras gerações puderem tomar as suas decisões.

Em terceiro lugar, resultados também na redução do endividamento dos particulares. De acordo com o Banco de Portugal, a dívida das famílias caiu para 63,7% do PIB, um valor abaixo do pré-pandemia, e a dívida das empresas não financeiras recuou para 121,9% do PIB, também menos do que no final de 2019.

Isto é um bom sinal de que todos - Estado, famílias e empresas - estão a fazer o que está ao seu alcance para limitar o impacto da subida dos custos de financiamento, que ainda não sabemos por quanto tempo vai durar.

Mas não é só em matéria de finanças públicas que os resultados são bons.

Resultados também nas exportações, que confirmou hoje o INE, atingiram os 50% do PIB em 2022, o melhor resultado de sempre da economia portuguesa. Isto significa que o que vendemos ao exterior já vale metade da riqueza produzida pela economia num ano. Em 2019, as exportações valiam 43,5% – é uma subida assinalável que se deve à capacidade das nossas empresas.

Quero deixar aqui uma palavra a todos os que contribuíram para este resultado, com destaque para a indústria transformadora, para o setor do turismo e também crescentemente dos outros serviços transacionáveis. Isto tem um significado macroeconómico, mas também um significado importante de segurança na diversificação nas fontes de destino de produção nacional.

Mas não se trata só de exportar mais. Tivemos hoje resultados na produtividade. O INE indica que a produtividade aumentou 4,6%, a maior subida desde 1990.

Este cenário demonstra que as famílias se mantêm resilientes. Os indicadores de confiança dos consumidores publicados esta semana mostram uma melhoria desde dezembro, interrompendo o perfil negativo dos meses anteriores. Mais ainda ao nível da indústria transformadora, do comércio e dos serviços, o perfil de melhoria dos indicadores de confiança regista-se pelo quarto mês consecutivo.

Senhores deputados,

Estes resultados na frente económica e na frente das finanças públicas, foram conseguidos, ao mesmo tempo, e também por ação das políticas públicas que desenvolvemos com um vastíssimo programa de mitigação do aumento dos preços.

A este respeito, permitam-me que destaque dois elementos fundamentais.

Primeiro: Portugal foi o quarto país da zona euro que mais apoios atribuiu às pessoas, em percentagem do PIB, para mitigar os efeitos da inflação. A

conclusão é da Comissão Europeia, que contabiliza os apoios em 2,1% do PIB: cerca de 5,7 mil milhões de euros em impostos e transferências às famílias e empresas, a que se devem adicionar os apoios concedidos através garantias, num total de 6,4 mil milhões de euros.

Segundo: Vale a pena ter presente a principal conclusão da análise do Banco de Portugal. As medidas de apoio aplicadas pelo Governo ao longo do ano passado para mitigar os efeitos da inflação, e ainda sem contar com a prestação extraordinária de 240 euros no final do ano, aumentaram o rendimento disponível das famílias mais vulneráveis em 4,4%.

Este impacto foi decrescente, de acordo com os níveis de rendimento das famílias, mostrando que o Governo não esqueceu ninguém, mas foi particularmente atento aos que mais precisam.

Importa sublinhar também que o caminho trilhado até aqui se fez com um mercado de trabalho que permaneceu forte em 2022, com mais de 4,9 milhões de pessoas empregadas e menos de 314 mil pessoas à procura de trabalho.

Resultados, resultados, resultados.

Confiança na economia, confiança nos portugueses que nos dão força para enfrentar os desafios para 2023.

Senhores deputados,

O primeiro grande desafio que temos pela frente em 2023 é sermos capazes de assegurar um emprego forte. Para isso, teremos mais investimento, público e desejavelmente privado, alavancados num aumento da execução do PRR.

Em segundo, hoje soubemos que a taxa de inflação está a cair há quatro meses, mas 2023 será ainda um ano ainda de preços elevados. A subida dos preços deverá ficar mais contida, mas o custo de vida continuará elevado para todos.

É por isso que continuará a ser fundamental encarar os dados económicos com humildade, avaliando e ajustando as decisões, à luz da melhor informação disponível a cada momento.

Como temos dito, o Governo estará pronto para agir na medida e no momento em que se revela necessário, com a confiança acrescida de que as contas certas nos permitem ter capacidade de resposta.

As taxas de juro ainda não vão ceder – é essa a indicação que tem chegado do Banco Central Europeu. Não cabe ao Governo definir a estratégia de política monetária: este é um dado com o qual temos de lidar. E é importante sabermos que a ação do BCE é determinante para o andamento da economia.

Este segundo desafio é o de lidarmos com inflação elevada ainda durante o ano de 2023 e com o aumento dos juros que se continuará a fazer sentir e, conjuntamente, as suas implicações ao nível do poder de compra.

É por isso que 2023 é o ano em que se realiza o aumento do salário mínimo nacional, é o ano de aplicação do acordo de rendimentos com os trabalhadores da função pública, é o ano da aplicação do acordo histórico de rendimentos,

preços e competitividade no setor privado; é o ano da aplicação das fortes medidas de apoio à mitigação dos preços da energia em especial na eletricidade; é o ano da aplicação das medidas definidas no OE2023 relativamente ao apoio às famílias, em particular as famílias com filhos e as famílias com baixos rendimentos através da reforma do mínimo de existência.

Mas é também o ano do importante programa de apoio ao acesso à habitação. No debate político deve ser valorizado aquilo que de importante consta no programa Mais Habitação do qual queria destacar duas linhas fundamentais.

A primeira: a criação de um mecanismo de apoio à renda daqueles que hoje enfrentam o mercado de arrendamento suportando taxas de esforço muito acima do que é comportável para os seus agregados famílias. É um apoio novo definido e já apresentado que abrangerá um conjunto muito significativo de famílias.

Em segundo lugar: a criação de um mecanismo de apoio às famílias para suportar o aumento dos juros da habitação. Este mecanismo está concentrado nos créditos à habitação até ao montante de 200 mil euros para famílias até ao sexto escalão de IRS e apoia em 50% acima dos 3% de taxa de stress definido aquando do momento da sua contratação.

Esta medida vai aplicar-se a todos os contratos e não só àqueles para os quais a aplicação deste teste era obrigatório a partir de 2018. Aplicar-se-á também àqueles que reportam ao regime de 2011. Para todos os contratos que beneficiam da dedução fiscal em sede de IRS, será feito o acerto para que as pessoas possam beneficiar do maior dos dois apoios, seja da bonificação em sede de IRS seja no novo apoio que é neste momento atribuído.

É assim que funcionaremos ao longo do ano de 2023. Com as medidas que tomámos do ponto de vista da política salarial, da política de rendimentos e das medidas que tomámos nos apoios sociais. É assim que funcionamos agora com a definição das novas políticas em matéria de habitação.

E é assim que continuaremos a tomar as medidas no sentido de responder aos desafios colocados, procurando passar o difícil e exigente ano de 2023 apresentando resultados na frente económica, na frente financeira e – sobretudo - na nossa capacidade de minorar os impactos deste tempo difícil na vida das portuguesas e dos portugueses.

Muito obrigado.